

**PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL:
contribuições para ressignificar
práticas formativas e a organização
político pedagógicas da escola**

**STUDENT PARTICIPATION:
contributions to redefine formative
practices and the school's
pedagogical political organization**

**PARTICIPACIÓN ESTUDIANTIL:
aportes para redefinir las prácticas
formativas y la organización política
pedagógica de la escuela**

Resumo: O artigo apresenta inventário sobre o processo de formação política e cultural desenvolvido numa escola municipal pública e que desde a sua criação (1987) mantém as referências educativas baseadas nas utopias dos movimentos sociais e populares dos anos de 1980 e, assim, materializam o princípio constitucional da gestão democrática. Para isso, o foco é o processo de organização da participação estudantil, desde a pré-escola aos anos iniciais do ensino fundamental. Ao analisar este objeto lidamos com alguns documentos, como a legislação referente a formação dos grêmios escolares e levantamento bibliográfico. Nossas conclusões apontam que o trabalho desenvolvido com os estudantes desta escola tenta formar e emancipar os sujeitos; há um investimento constante na formação político-pedagógica, dando desdobramentos às práticas curriculares que subsidiem o desenvolvimento intelectual e que contribuam para a formação de sujeitos que defendam com consistência seus pontos de vista e que se tornem pessoas comprometidas com a coletividade e com as transformações sociais.

Palavras-chave: Participação. Grêmios estudantis. Gestão Democrática.

Recebido em: 14/07/2023
Aceito em: 24/08/2023
Publicação em: 31/08/2023



Revista Espaço do Currículo

ISSN 1983-1579

Doi: 10.15687/rec.v16i2.67331

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php>

Idilea Thomaz de Aquino Pereira

Mestra em Educação

Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Brasil.

E-mail: idthomaz@yahoo.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-00045424-0816>

Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão

Doutora em Educação

Professora da Universidade do Estado do
Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: gil.barao@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1301-7824>

Leandro Sartori

Doutor em Educação

Professor da Universidade do Estado do
Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail:

leandrosartorigoncalves@yahoo.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6073-1313>

Como citar este artigo:

PERREIRA, I. T. A.; BARÃO, G. O. D.; SARTORI, L. PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL: contribuições para ressignificar práticas formativas e a organização político pedagógicas da escola **Revista Espaço do Currículo**, v. 16, n. 2, p. 1-10, Ano.2023 ISSN 1983-1579. DOI: <https://doi.org/10.15687/rec.v16i2.67331>

Abstract: The article presents an inventory of the process of political and cultural formation developed in a public municipal school, which since its creation (1987) has maintained educational references based on the utopias of the social and popular movements of the 1980s and, thus, materializes the constitutional principle of democratic management. For this, the focus is on the process of organizing student participation, from pre-school to the first segment of elementary school. When analyzing this object, we deal with some documents, such as legislation regarding the formation of school associations and a bibliographical survey. Our conclusions point out that the work developed with the students of this school tries to form and emancipate the subjects; there is a constant investment in political-pedagogical training, developing curricular practices that support intellectual development and contribute to the formation of subjects who consistently defend their points of view and who become people committed to the community and to social transformations.

Keywords: Participation. Student guild. Democratic management.

Resumen: El artículo presenta un inventario del proceso de formación política y cultural desarrollado en una escuela pública municipal, que desde su creación (1987) ha mantenido referentes educativos basados en las utopías de los movimientos sociales y populares de la década de 1980 y, así, materializa el principio constitucional de la gestión democrática. Para ello, el foco está puesto en el proceso de organización de la participación de los estudiantes, desde el preescolar hasta el primer segmento de la enseñanza básica. Al analizar este objeto, nos ocupamos de algunos documentos, como la legislación relativa a la formación de asociaciones escolares y un relevamiento bibliográfico. Nuestras conclusiones apuntan que el trabajo desarrollado con los alumnos de esta escuela trata de formar y emancipar a los sujetos; hay una inversión constante en la formación político-pedagógica, desarrollando prácticas curriculares que apoyen el desarrollo intelectual y contribuyan a la formación de sujetos que defiendan consecuentemente sus puntos de vista y que se conviertan en personas comprometidas con la comunidad y con las transformaciones sociales.

Palabras clave: Participación. gremio de estudiantes. Gestión democrática.

1 Introdução

Neste artigo, partimos do pressuposto de que não devemos considerar os estudantes estritamente como um índice resultante de avaliações padronizadas e alheios à realidade das comunidades locais. Ou, ainda, que o trabalho escolar não deve ter como foco uma formação atinente a preparação para o mercado de trabalho, eminentemente concorrencial e individualista. De fato, o que se tem observado nas reformas educacionais preconizadas como políticas públicas atualmente é que, geralmente, limitam-se a forjar competências e habilidades cognitivas e socioemocionais que corroborem à compreensão de que as pessoas precisam se tornar empregáveis ou empreendedoras. Em contrapartida, nosso princípio é que as crianças e os jovens são portadores de direitos à uma formação integral – que contemple a cultura, o lazer, as artes, etc – e que inclua a formação das capacidades de reflexão e atuação política comprometida com a transformação das suas realidades.

Considerando que a educação científica e estética pressupõem uma escola democrática e exige a participação social em sua gestão temos como finalidade inventariar a constituição da participação em um Grêmio Estudantil com crianças da pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental de uma escola pública situada em um município da periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro – Duque de Caxias/RJ -, bem como, identificar como a formação política incluída no eixo curricular e na gestão da escola propiciaram referenciais para essa organização. Demonstramos como a participação dos estudantes retroalimenta as discussões e a orientação do Projeto Político-pedagógico da escola.

Sendo assim, este artigo tem como objetivo analisar a interlocução estabelecida entre as práticas curriculares e a gestão democrática de uma escola pública da rede municipal de Duque de Caxias/RJ que envolvem a participação direta dos estudantes. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a gestão democrática consta como princípio:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (LDB). VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; [e] Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da

gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Nota-se que a participação dos estudantes aparece subentendida no contexto da comunidade escolar. E, quando se discute a gestão democrática, de um lado, a temática da participação ganha ênfase na eleição de diretores, na construção do projeto político-pedagógico e no conselho escolar; de outro lado, a participação estudantil tem sido mais pesquisada, considerando, muitas vezes, a organização dos jovens do ensino médio e/ou universitário. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental esta é uma experiência ainda pouco pesquisada e utilizada nas escolas. Existem algumas publicações mais recentes que trazem relatos de trabalhos similares, mas ainda incipientes. A experiência de participação infantil “mais substancial” que pudemos verificar são as do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) e a dos Sem Terrinha, coletivo infantil vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ou seja, experiências não escolares.

As práticas desta escola pública na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental tem como uma referência as utopias políticas dos anos 1980 debatidas pelos movimentos populares e educacionais que, ao estabelecer a crítica ao projeto de educação da ditadura civil-militar, buscavam construir uma teoria educacional contra hegemônica e com participação coletiva. Portanto, analisamos uma prática educacional que, mesmo em um contexto de neotecnicismo, de uma educação colonizadora e pautada pelos reformadores empresariais, não deixou de afirmar e de implementar a referência política de participação do coletivo (professores, pais, funcionários e estudantes) no chão da escola. Ademais, a escola reconhece: 1) o papel imprescindível dos estudantes como sujeitos que têm autonomia e, apesar de serem crianças, participam da organização político-pedagógica da instituição; 2) a infância não como “um vir a ser”, mas compreende que as crianças são sujeitos sociais e portanto, autores em suas histórias, participando de sua socialização e da transformação e/ou reprodução da sociedade e 3) portanto, a criança como sujeito de direitos e com direito a participação.

Quanto aos procedimentos metodológicos este trabalho partiu de documentos oficiais da instituição e da escuta aos sujeitos que estão na escola municipal citada. O rol de materiais levantados faz parte de uma dissertação “Trajetória da Escola Municipal Barro Branco e a formação política de seus sujeitos: possibilidades e limites”, cujo eixo central era aprofundar os diversos aspectos da história institucional, dando destaque principal a gestão. Neste artigo, entretanto, ressignificamos as fontes trabalhadas na pesquisa, de modo que possamos evidenciar as contribuições de tais práticas em termos de formação política e cultural dos estudantes através da organização do Grêmio Estudantil.

2 Apontamentos sobre os estudantes e suas organizações: a ausência de pesquisas sobre a participação das crianças na escola.

Para a compreensão da organização de Grêmio Estudantil é necessário destacar que nos levantamentos bibliográficos sobre o tema, consta diminuta quantidade de pesquisas desenvolvidas sobre a formação de grêmios nos anos iniciais do Ensino Fundamental e pré-escola. No entanto, Bastos (2001) destaca a relevância de articular nas pesquisas sobre a temática sobre a Gestão Democrática e seus desdobramentos curriculares com a temática da participação estudantil.

Cabe registrar que a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi criada em 1948 e, posteriormente, Getúlio Vargas instituiu o Decreto Federal 38.078/1953 com a criação da Divisão de Educação Extraescolar cuja “finalidade [era] de promover e orientar as atividades educativas e culturais de natureza extraescolar [...] o decreto não se refere somente à organização de Grêmios Estudantis” (IDELBRANDO, 2012, p.23).

Poerner (1995), é referência muito citada e utilizada nos estudos, por exemplo, sobre a juventude no período da ditadura civil – militar destacando as formas de resistência e de enfretamento à repressão que se abateu sobre a juventude. Podemos afirmar que o movimento estudantil se constitui como uma das principais frentes de resistência a ditadura (SANTANA, 2007). Como consequência do golpe e da insistente rebeldia dos estudantes, suas organizações (UNE E UBES), como também outros setores

sociais, foram silenciadas pelo Ato Institucional nº 5/1968. De um lado, a repressão teve a finalidade de anular os movimentos e, se preciso, eliminar fisicamente os opositores. Por outro lado, o governo militar implementou os Centros Cívicos Escolares, cujo objetivo era neutralizar o movimento estudantil e conformar a juventude aos interesses do projeto político em curso. Apesar deste cenário os jovens continuaram a luta contra o projeto educacional da ditadura.

A partir das lutas pela redemocratização (Movimento pela Anistia, Diretas Já, dentre outras) e a participação popular nas periferias, criaram-se condições para implementação dos Grêmios Estudantis enquanto organizações autônomas nas unidades escolares. Desta forma, aprova-se a Lei Federal nº7398/85 que dispõe sobre a organização dos estudantes de 1º e 2º graus. Idelbrando (2012) observa que

Esta nova lei está em vigor até os dias atuais, e a implementação e organização dos Grêmios Estudantis deve por ela se reger. Entretanto, apesar de ter sido uma das primeiras leis voltadas para a educação, antecedendo, inclusive a própria Constituição Federal e Lei de Diretrizes e Bases, a organização de estudantes do ensino fundamental e médio não tem sido objeto de grande interesse da pesquisa em educação.

Quanto a organização de grêmio no ensino fundamental e na pré-escola, especialmente até o sexto ano de escolaridade, existe certo consenso sobre os desafios do exercício da autonomia pelos estudantes pequenos. Em levantamento sobre a “Participação popular na Gestão escolar”, Ghanem (1995) sistematizou no período de 1980 a 1995, 114 referências e destas apenas uma analisa a escola e a participação estudantil (SILVA, 1987). Idelbrando (2012, p.20) em outro levantamento empreendido no Banco de Teses Capes (dissertações e teses) encontrou 206 produções utilizando a expressão “movimento estudantil” e deste número apenas 11 pesquisas focaram o movimento secundarista. Ao utilizar a expressão “Grêmios Estudantis” a autora encontrou 8 pesquisas e destas somente 6 tratam, especificamente, de Grêmios.

Este cenário reafirma a contribuição deste inventário, pois centra-se em analisar uma escola municipal que tem como finalidade educacional, dentre outras, criar condições para organização estudantil e implementação de grêmio. Para isso, tem como referência curricular a formação política de crianças e de jovens comprometidos com o coletivo, a defesa de condições de estudo, de aprendizagem e de lazer, bem como, a ampliação das bases democráticas e de melhores condições para a socialização do saber e de solidariedade entre estudantes, profissionais da educação e comunidade.

3 A escola municipal e as condições políticas e culturais da participação: a criação do grêmio com participação das crianças pequenas

A escola em questão foi inaugurada em 1987 e é fruto das lutas e dos debates de 1980, da constituição de 1988 e contemporânea do surgimento da conferência de Educação Para Todos (1990) e seus desdobramentos. É interessante registrar que os anos de 1970 até o final da ditadura civil-militar foi um período de intensas lutas, organização popular e reivindicação por melhores condições de vida, educação e saúde. Em 1976 através das eleições municipais várias experiências de gestão democráticas foram se constituindo (Lages, Piracicaba, dentre outras). Saviani (2011) ao analisar as ideias pedagógicas neste período de efervescência na sociedade brasileira (1980 até 1991) as denominam como “Ensaio contra hegemônicos”.

Neste contexto, a escola municipal em questão surge como conquista da associação de moradores que há muito tempo reivindicava como direito uma escola pública que ficasse situada no bairro - até então só existia uma escola privada que estava prestes a fechar suas portas. Quando o poder público criou a escola demandada pela associação, a primeira diretora foi indicada pela secretaria de educação e ela conduziu a gestão de maneira participativa e em diálogo com as pessoas que participavam da associação na época. Assim, desde o início, o trabalho da escola tem como base o movimento de resistência e de luta que parte da associação de moradores e, ainda, tem a participação da comunidade um princípio importante de sua história. Nesse sentido, a escola tem como práxis a garantia da formação política e das ações pedagógicas e curriculares que contribuem para o desenvolvimento intelectual dos seus estudantes e da formação continuada de seus profissionais.

Ao estabelecer o inventário, no sentido gramsciano (GRAMSCI, 1982), buscamos explicitar o “conhece a ti mesmo” e utilizamos a perspectiva histórica para compreender as referências formativas desta escola. Constatamos que a participação dos estudantes tem início junto à própria reivindicação pela existência da escola e sua criação em 1987 no bairro. No entanto, o registro escrito desta participação estudantil, de forma mais sistematizada, acontece a partir de 2007, quando ocorreu eleição nas turmas para a escolha dos representantes de turma. Assim, teve-se candidatos em todas as turmas, desde a Educação Infantil (turmas com 5 anos de idade); ensino fundamental anos iniciais e até a Educação de Jovens e Adultos (com alunos de 15 até 80 anos que na época que cursaram as séries iniciais do Ensino Fundamental).

A metodologia adotada pela equipe pedagógica foi organizar conversas em cada uma das turmas da escola, no sentido de apresentar o que significava a representação dos estudantes, qual seria o papel do representante escolhido e que “perfil” ele/ela poderia ter. Inicialmente, as características que foram apresentadas como perfil de um representante de turma eram: ter uma boa relação com toda a turma, ser atencioso e assíduo às aulas, cumprir todas as tarefas, ajudar aos colegas e ao professor, não “ser o dedo duro”, ter bom comportamento, participar das reuniões e outras. No entanto, compreendeu-se que a definição de um “modelo à priori” para padronizar o que seria um bom perfil de representação não coadunava com a proposta político-pedagógica da escola, de modo que a equipe passou a discutir com as turmas o processo de escolha da representação, ouvindo as crianças e jovens e ajustando as condições de escolha representativa a partir das condições que fossem compatíveis a compreensão, com a idade das crianças e que expressasse o desejo da coletividade.

No decorrer da história da educação, pudemos verificar, como afirma Bastos (2001) que o processo de gestão escolar foi implementado mais como uma forma de controle, do que propriamente como uma possibilidade de promoção de relações democráticas ou de socialização dos saberes. E, ainda, muitos gestores assumiram a postura de reprodutores da lógica social já posta e não como organizadores do processo de democratização escolar.

Podemos dizer que a proposta de escolha de representação estudantil se constituiu como primeiro passo para ressignificar o tipo de participação que as crianças, jovens e adultos que estudavam na escola tinham com seu espaço de formação. Um primeiro aprendizado que passou a ser colocado em discussão se referia aos tipos de representação e a forma como tais representações se colocariam nos espaços de gestão da escola e, ao mesmo tempo, de que forma as turmas teriam seus interesses e necessidades debatidos internamente na turma e, posteriormente, levados ao âmbito dos conselhos da escola.

Nesta escola, os estudantes sempre tiveram palavra garantida e os educadores procuravam desenvolver uma escuta sensível às suas necessidades e questões. Isso fazia parte do tipo de gestão participativa e democrática que já vinha sendo implementada na escola e, por certo, dialogava com a história do espaço formativo que decorreu da mobilização criada pela associação de moradores. Logo, a instauração de um processo formal de eleição da representação estudantil foi um desdobramento do tipo de trabalho que já vinha sendo realizado ao longo dos anos, garantindo maior organicidade dos estudantes enquanto sujeitos que podem opinar a participar dos rumos da escola e maior aprimoramento das práticas dos profissionais da educação que implementaram o sistema de representações.

É importante destacar que a literatura acadêmica sobre representação estudantil é parca quando o assunto se refere a representação de crianças pequenas. Por isso, a implementação da ideia de representação estudantil demandou um esforço de estudo da equipe pedagógica e de professores e se constituiu, em algumas vezes, como tentativas e erros. Além disso, o processo gerou reflexões dentro das salas de aula junto aos estudantes e professores sobre a ideia de representação e eleição e com diversos desdobramentos nas atividades curriculares.

A gestão desta escola tem sido articulada a relações de poder menos hierarquizadas, já que estabelece como rotina de trabalho a criação de momentos de reuniões regulares com as turmas e com as suas representações. Promove-se, ainda, debates sobre temas que sejam considerados relevantes para o coletivo escolar e, regularmente, passaram a ser organizadas as assembleias estudantis para

discussão ampliada dos problemas da escola e da comunidade – como aprofundaremos mais adiante. Vale ressaltar, que estas assembleias eram realizadas no próprio horário do estudante, visto que a referida escola compreende que a formação política é parte central do currículo escolar. Neste percurso, a aprendizagem não se dá apenas dentro do espaço da sala de aula estudando conteúdos fixados para o ano de escolaridade do estudante, mas, também, a ampliação do conhecimento se dá através do coletivo - incluindo pais, funcionários, professores e estudantes -, o que reitera o que Paro (2002) defendeu:

Como sujeitos de vontades, os homens se fazem educando-se, decorrendo dessa condição o caráter intrinsecamente democrático da verdadeira educação: Tendo por fim a produção de sujeitos, a educação só se realiza afirmando essa condição de sujeito do educando, como um ser de vontade, que é o que caracteriza a sua subjetividade histórica; senão o processo não pode realizar-se com êxito, porque fundado em meios que negam o alcance do objetivo [...] educar-se é, a esse respeito, um verbo reflexivo. O educando, a rigor, nunca é educado por alguém, mas sim educa-se pela mediação do educador. (PARO, 2002, p. 4).

Pressupondo essa ideia de educação, podemos considerar que nesta Unidade Escolar está presente alguns elementos centrais que constituíram experiências contra hegemônicas já trabalhadas nos movimentos sociais, nas lutas populares, nas teorias críticas da educação, no currículo, na perspectiva da gestão democrática, assim como, nas relações pessoais e pedagógicas.

4 O Grêmio Estudantil: utopias democráticas e seus desafios

O movimento de eleição de representações de turmas permitiu que os estudantes organizados trouxessem para as reuniões pedagógicas, conselhos escolares e assembleias estudantis a ampliação e o aprofundamento do processo democrático da escola: a fundação do Grêmio Estudantil.

Para efeito deste inventário consideramos como marco da organização e de fundação do grêmio estudantil a reivindicação de uma estudante do 4º ano de escolaridade, na época representante de sua turma, quando questionou junto à equipe pedagógica da escola que não achava suficiente os representantes apresentarem suas avaliações das turmas nos conselhos de classe. Assim, as assembleias, se constituíram espaços onde todos poderiam expor ideias e apresentar propostas para melhorar a escola. Sem dúvida, um passo ousado e inovador considerando que se trata de estudantes da pré-escola e ensino fundamental.

Desta forma, em atendimento a solicitação da representação marcou-se uma data para a realização de reunião de alunos para discutir as condições de organização da primeira assembleia estudantil. Neste momento, foram organizados espaços formativos sobre a compreensão do que seriam estes encontros, ou seja, diversas informações foram compartilhadas, tais como: orientações sobre inscrições para as intervenções, necessidade de anotação das propostas surgidas durante esta atividade e do encaminhamento das votações e outras questões que seriam válidas para que a assembleia ocorresse e contemplasse as colocações dos diferentes grupos estudantis e faixas etárias. Cabe deixar registrado que os estudantes desta escola, ao longo da sua existência, acompanharam com os responsáveis ou os próprios professores as assembleias da categoria docente nos períodos de greves e/ou de data base. Portanto, essa formação tem uma dimensão interna aos estudantes (crianças da educação pré-escolar e ensino fundamental), mas tem relação com a dimensão, para além da escola, que as crianças vivenciam ao lado dos professores.

As primeiras assembleias realizadas na escola ocorreram em dois turnos, pela manhã e pela tarde, ocupando a quadra da escola, já que este era o único espaço disponível que comportava o quantitativo total de estudantes de ambos os turnos. Após a realização da primeira assembleia, este se tornou um espaço permanente onde os estudantes passaram a colocar propostas e demandas quanto a impasses surgidos no bojo dos processos pedagógicos, dentro das salas de aula ou mesmo em outros espaços da escola. Considera-se que este espaço se tornou uma atividade permanente e central para que todos possam refletir sobre as questões internas da escola ou externas que influenciam sobre o funcionamento dela - como o debate sobre a forma que ocorre a alocação de recursos públicos

destinados à manutenção do ambiente escolar e como isso impacta o cotidiano da instituição - e para a compreensão sobre como essas questões influenciam suas vidas e a garantia de seus direitos.

A realização das assembleias periodicamente se tornou ambiente favorável à sistematização do Grêmio Estudantil. No entanto, o surgimento do tema “grêmio” no discurso dos estudantes da escola emerge de uma experiência decorrente de um encontro formativo que ocorreu em universidade pública situada no mesmo município da escola. Na verdade, este encontro que ocorreu na universidade se tratava de uma aula do curso de especialização, para a qual foram convidados estudantes secundaristas do Colégio Pedro II e outros estudantes que integravam o movimento estudantil na cidade. A escola municipal estudada, também, foi convidada a levar seus representantes para a aula. Durante a realização do encontro, foi distribuída uma cartilha sobre o Grêmio Estudantil e os estudantes da escola municipal, ao terem contato com este material, ficaram muito entusiasmados com o termo até então desconhecido - e com a própria visita à universidade que fica distante da residência das crianças.

Este encontro na universidade pública ocorreu em 2014, quando as assembleias já tinham sido consolidadas como prática da escola. Uma das representantes, ao retornar do encontro no dia subsequente, procurou a “diretoria” da unidade e levou consigo a cartilha que recebera. A conversa com a equipe pedagógica se tratava justamente de que a estudante queria salientar a importância de se ter um grêmio na escola, já que este seria um espaço para “ajudar a escola, para fazer passeios, festas e para os alunos lutarem por seus direitos”. Ainda que a equipe pedagógica tenha argumentado na época que, geralmente, os grêmios eram criados em escolas com alunos maiores, a representante de turmas insistiu que era possível haver um grêmio com crianças pequenas desde que houvesse organização e divisão dos cargos entre os estudantes. Por isso, a equipe sugeriu que ela se reunisse com outros representantes e criassem uma proposta de encaminhamentos para a criação do grêmio. Houve um rebuliço inicial, pois este se tornou o assunto mais comentado na escola. Os estudantes montaram chapas e concorreram às eleições dentro de pouco tempo.

Consideramos que a organização do grêmio foi o resultado de um trabalho de gestão democrática e de formação estudantil que vinha ocorrendo ao longo de muitos anos, não apenas do encontro formativo na universidade. No entanto, vale destacar que houve uma contribuição importante das crianças para efetivação dos projetos de gestão participativa. Para se ter uma ideia, apesar da chapa 1 ter sido vitoriosa nas eleições, diante da tristeza dos representantes da chapa 2, os colegas se solidarizaram e disseram que o grêmio seria para todos os alunos em uma forma *colegiada* - termo aprendido com a cartilha.

Com o surgimento do grêmio, a organização estudantil se fortaleceu e começou a pautar outras questões de maneira mais autônoma. Era comum a criação de reuniões para discutir os problemas, como: a falta de uma sala para o funcionamento do grêmio, a falta de armário, a questão da brincadeira na escola na hora do recreio, o direito que os estudantes deveriam ter de acesso à internet, discussão sobre ampliação do horário das aulas da sala de informática, reclamavam a falta de uma biblioteca para pesquisarem, sugeriam a melhor organização do bicicletário da escola, demandavam que houvesse disponibilização de garfos e pratos de vidro na hora da merenda, entre outras questões. Após intensa discussão dos estudantes - o que também é muito formativo, pois lhes permite amadurecer nas relações interpessoais -, as pautas eram apresentadas para a equipe administrativa e pedagógica da escola. A equipe levava as temáticas para serem discutidas nos conselhos escolares a fim de deliberarem sobre os encaminhamentos possíveis para cada um dos temas. Importa destacar que os sujeitos escolares reconhecem que diversas questões levantadas pelos estudantes colaboraram para a melhora significativa da dinâmica escolar e para os arranjos cotidianos de funcionamento dentro e fora das salas de aulas.

O que se percebe é que a escola municipal vem estimulando a participação dos estudantes, mesmo sendo crianças, e essa participação tem possibilitado a formação de consciência política de acordo com a faixa etária deles. Além desta formação política ocorrer pela própria práticas das reuniões e assembleias realizadas junto aos estudantes, a equipe pedagógica articulou as práticas de participação com um projeto formativo que visava oportunizar acesso aos saberes sobre o funcionamento do sistema público de ensino e a democratização da sua estrutura de gestão, reforçando o pensamento

clássico de Anísio Teixeira (1932): “Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a Escola Pública” (apud BASTO, 2001).

O estímulo formativo por meio da participação dos estudantes na escola se embasa na preocupação de formar pessoas capazes de refletir sobre a realidade social e sobre suas condições materiais de existência, buscando questionar e transformar, na medida do possível, a realidade em que vivem. Tal pressuposto de formação faz com que a escola encare o currículo com base em um compromisso com as parcelas desfavorecidas da sociedade atual, de modo que a partir deste compromisso, a escola não conceba os conhecimentos trabalhados com essas crianças e jovens de forma neutra, mas comprometida com a emancipação.

Importa, pois compreender que a questão da neutralidade (ou não-neutralidade) é uma questão ideológica, isto é, diz respeito ao caráter interessado ou não do conhecimento, enquanto a objetividade (ou não-objetividade) é uma questão gnosiológica, isto é, diz respeito à correspondência ou não do conhecimento com a realidade à qual se refere. Por aí se pode perceber que não existe conhecimento desinteressado; portanto, a neutralidade é impossível. Entretanto, o caráter sempre interessado do conhecimento não significa a impossibilidade de objetividade. Com efeito, se existem interesses que se opõem como exigem essa objetividade. (SAVIANI, 2003, p. 57).

Um exemplo da formação política do corpo estudantil se dá pela própria prática e atuação nos momentos de discussão da realidade e problemas da escola, mas não somente nesses. Soma-se a este processo a formação feita em projetos mais específicos que consideram a reflexão sobre os direitos sociais e os dilemas do bairro e da cidade onde vivem.

Os estudantes da escola municipal aqui retratada já participaram de eventos onde puderam dialogar sobre sua experiência de formação política e gestão participativa - visitando escolas próximas que os convidam a falar sobre suas atividades. Esses momentos de compartilhar experiências são interessantes, pois propiciam uma (auto)reflexão para os estudantes da escola, além de difundir a experiência de formação e de gestão para outros colégios.

Em novembro de 2015, ao visitar outra escola e narrar suas experiências sobre o grêmio, a representante da escola municipal foi almoçar junto aos alunos da instituição que havia feito o convite para o encontro. A estudante constatou, por exemplo, que os pratos não eram de vidro e que não eram servidas frutas após a refeição, deste modo estimulou os alunos a pleitearem, após fundarem seu grêmio, as mesmas condições que os estudantes da escola municipal já haviam conquistado.

Consideramos que este encontro permite que se veja que a formação política dos estudantes tem uma influência para a própria realidade escolar e, em certa medida, impacta outras instituições que buscam o diálogo e o aprendizado a partir dessas experiências. Os estudantes têm expandido sua atuação e exercido, muitas vezes, um posicionamento militante e de transformação das condições da realidade.

Não se quer enfatizar com isso que o movimento estudantil possa reproduzir modelos ou reiterar uma cópia fiel de experiências vividas. Na realidade, o que se explicita é que a construção da participação, da formação política e da gestão democrática é fruto das condições históricas e das relações coletivas travadas no interior da escola. Para Grácio e Aguiar (2001): “O grêmio é um espaço coletivo, social e político, de aprendizagem da cidadania, de construção de novas relações de poder dentro da escola, ultrapassando as questões administrativas e interferindo no processo pedagógico.” (p.81), o que é possível de ser percebido na experiência que analisamos. Os mesmos autores reiteram a importância de que a gestão da escola adote uma postura de democratização, de modo que a correlação de forças se torne menos desigual e os vínculos firmados com os alunos se torne mais fortalecidos. (GRÁCIO; AGUIAR, 2001).

Considerações Finais

O inventário da formação política e cultural, a partir da organização estudantil em uma escola

pública do ensino fundamental constitui-se como referência primordial e necessária, pois contrapõe-se às políticas educacionais do capital, que visam uma formação estreita e ligada aos interesses colonizadores da educação, cuja perspectiva curricular é estreita e vedada a qualquer sentido utópico e emancipatório. Nesta experiência periférica é possível encontrar diversas práticas baseadas no diálogo e no compromisso dos educadores com os estudantes (crianças) da escola. Essas práticas apontam, como escreveu Florestan Fernandes (1989), novos pontos de partida para as classes “de baixo”. Deve-se registrar que estes elementos apresentam limites e possibilidades para o desenvolvimento; intelectual e a formação política emancipatória que, sem dúvida, tem tido desdobramentos na gestão democrática e nos encaminhamentos curriculares da escola.

A participação na representação nos conselhos, na organização dos grêmios e na interlocução com estudantes de outras escolas do ensino fundamental ou do ensino médio criam possibilidades de ampliação do conhecimento, da criatividade, da formação política e da luta por direitos que confirmam como a escola mantém o utopia construída na luta contra ditadura civil-militar e, como também, busca construir, em seu trabalho pedagógico (gestão e currículo), atividades que materializem uma concepção contra hegemônica e baseada em uma teoria pedagógica crítica.

Assim, pudemos perceber que a concepção e a práxis desta Unidade de Ensino que trouxemos para discutir neste trabalho está no bojo do processo de redemocratização da sociedade brasileira dos anos 80, das pedagogias críticas, dos saberes acumulados e correspondem a uma totalidade que, de forma alguma, pode estar apartada da luta pelo direito a educação, do trabalho dos educadores que se dispuseram na luta pela qualidade e democratização da escola pública gratuita, laica e socialmente referenciada. Mas é importante sublinhar que o trabalho desenvolvido por esta escola na formação política dos seus estudantes vai um pouco além, visto que, obriga a reinventar processos e pedagogias radicais e tenta formar e emancipar os sujeitos; há um investimento constante na formação político-pedagógica, nos desdobramentos das práticas curriculares, que de fato, subsidiem o desenvolvimento intelectual e contribua para a formação de sujeitos críticos que defendam com consistência seus pontos de vista e que se tornem comprometidos com as transformações da sociedade contemporânea.

Referências:

- ANTUNES, A. O Conselho de Escola, a Associação de Pais e Mestres e o Grêmio Estudantil como espaços de exercício de cidadania participativa. **Rev. Parlamento e Sociedade**, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 93-122, jan./jun. 2016.
- BASTOS, J. B. (Org.). **Gestão Democrática**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A: Sepe, 2001.
- BRASIL. **Lei 7398/1985** - Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências, de 4 de novembro de 1985, publicado no D.O.U. de 5 nov.1985.
- BRASIL. **Lei 9.394/1996** estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em 13 de jun. 2023.
- CUNHA, L. A. **Educação, sociedade e Democracia no Brasil**. RJ: Cortez, 2001.
- FERNANDES, F. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez, 1989
- GHANEM, E. (org.) **Participação popular na gestão escolar**. São Paulo: Ação Educativa, 1995.
- GRÁCIO, J. da C.; AGUIAR, R. C. F. Grêmio Estudantil: construindo novas relações na escola. In: BASTOS, J. B. **Gestão democrática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.73-82.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- IDELBRANDO, A. G. O Grêmio Estudantil de escola municipal de ensino fundamental de São Paulo e a relação com processo de formação da cidadania dos Alunos. Dissertação de Mestrado, São Paulo: PUC, 2012.
- PARO, V. H. Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública fundamental. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.2, jul./dez. 2002.
- PEREIRA, I. T. A. Trajetória da Escola Municipal Barro Branco e a formação política de seus sujeitos:

possibilidades e limites. **Dissertação de Mestrado**. 299 páginas. Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação. Duque de Caxias (RJ), 2017.

POERNER, A. J. **O Poder Jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 4.ed. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995.

SANTANA, F. de A. Atuação política do movimento estudantil no Brasil:1964 a 1984. 2007. 264 páginas. Dissertação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 8. ed. Revista e ampliada. Campinas: Autores Associados, 2003.

SILVA, J. M. da Escola e participação estudantil. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, n.2, 1987.



Esta obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).